



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1690 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 14 - Sociologia da Educação

Laicidade e neutralidade na prática docente: efeitos de uma configuração social
Gabriela Abuhab Valente - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP
Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESP

O objetivo do texto é analisar e identificar elementos da laicidade nas práticas docentes em situações envolvendo a questão religiosa em duas configurações sociais diferentes: o Brasil e a França. Pretende-se responder as questões: a laicidade é utilizada enquanto um instrumento para a resolução de situações envolvendo a questão religiosa? Qual é a origem de tal recurso? Para tanto, apoiando-se na teoria da socialização e na sociologia pragmática e partindo de uma perspectiva comparatista, recolheu-se dados históricos e acadêmicos referentes ao conceito de laicidade para conhecer a posição social ocupada pela laicidade nos dois contextos. Além disso, dados empíricos foram recolhidos a partir de entrevistas com 34 professores brasileiros e franceses de escolas públicas de Ensino Fundamental II. Nas entrevistas, os professores expuseram justificativas para as formas de agir, além de concepções referentes ao termo laicidade. Concluiu-se que a laicidade é um instrumento pouco mobilizado e que as práticas docentes dos professores entrevistados correspondem à diferentes lógicas em cada uma das configurações sociais, uma vez que são construídas coletivamente, tendo como principal instrumento a socialização profissional docente.

Palavras chaves: laicidade, socialização, prática docente

Laicidade e neutralidade na prática docente: efeitos de uma configuração social

Resumo:

O objetivo deste texto é analisar e identificar elementos da laicidade nas práticas docentes em situações envolvendo a questão religiosa em duas configurações sociais diferentes, a saber, o Brasil e a França. Pretende-se responder a seguinte questão: a laicidade é utilizada enquanto um instrumento para a resolução de situações envolvendo a questão religiosa? Qual é a origem de tal recurso? Para tanto, apoiando-se na teoria da socialização e na sociologia pragmática e partindo de uma perspectiva comparatista, recolheu-se dados históricos e acadêmicos referentes ao conceito de laicidade com o objetivo de conhecer a posição social ocupada pela laicidade nos dois contextos. Além disso, dados empíricos foram coletados a partir de entrevistas com 34 professores brasileiros e franceses de escolas públicas de Ensino Fundamental II. Nestas entrevistas, os professores expuseram as justificativas para suas formas de agir, além de suas concepções referentes ao termo laicidade. Concluiu-se que a laicidade é um instrumento pouco mobilizado e que as práticas docentes dos professores entrevistados correspondem à diferentes lógicas em cada uma das configurações sociais, uma vez que são construídas coletivamente, tendo como principal instrumento a socialização profissional docente.

Palavras chaves: laicidade, socialização, prática docente

O debate sobre uma escola pública, laica e gratuita inclui diversas discussões, como a neutralidade do professor, a

inclusão de disciplinas com conteúdo religioso e a presença da religião (em suas diferentes dimensões – símbolos, vestimentas, entre outros) na escola e tem causado polêmicas historicamente e em diferentes contextos socioculturais. Compreende-se que a presença da questão religiosa no espaço público escolar é, principalmente, uma questão política, com possíveis consequências pedagógicas e religiosas.

Este texto propõe examinar e identificar elementos da laicidade presentes nas práticas docentes tendo como unidade de análise as situações (NACHI, 2012) envolvendo a questão religiosa em duas configurações sociais, a saber, o Brasil e a França. Mais especificamente, pretende-se responder a seguinte questão: a laicidade é utilizada enquanto um instrumento para a resolução de conflitos envolvendo a questão religiosa? Em que medida? De qual maneira? Qual é a origem de tal recurso?

Para responder tais questões, o texto está dividido em três momentos. Em uma primeira parte, apresentaremos a evolução histórica do conceito de laicidade nas duas configurações sociais. Em seguida apresentaremos alguns resultados das análises das entrevistas quanto as práticas docentes e as definições do termo de laicidade. Por fim, teceremos breves conclusões discutindo a relação da configuração social com os dados analisados.

Evolução histórica do conceito de laicidade na França e no Brasil

Tanto a França como o Brasil passaram por um período histórico de grande hegemonia e dominação da Igreja Católica que traz consequências até os dias de hoje. A separação entre Estado e religiões nos dois países é resultado de um processo não linear, com início no fim do século XIX.

O processo de separação entre Estado e Igreja na França teve início pela laicização da escola, enquanto o mesmo processo, no Brasil, foi iniciado em sua dimensão política e administrativa. Enquanto que a escola francesa é vista como um espaço público, portanto, onde normas jurídicas possuem grande valor, a escola brasileira poderia ser interpretada como um espaço de socialização ou de encontro entre as pessoas (PHILIP-GAY, 2016). No que concerne a religião e a religiosidade, a escola francesa estaria sujeita às normas de separação do público e do privado, com regras mais rigorosas no espaço escolar, enquanto que a escola brasileira, a religião e a religiosidade levadas em conta, seriam aquelas dos próprios indivíduos.

As contradições jurídicas sobre a definição e aplicação da laicidade estão presentes nos dois países (XXX e AUTOR, 2016). Tanto na França, como no Brasil, a escola possui um papel central na regulação do religioso no espaço público e o contexto social possui consequências não apenas para a neutralidade docente, mas também para a autonomia e o desenvolvimento do espírito crítico e de sua transmissão.

Apesar do debate acadêmico francês sobre a laicidade ter grande legitimidade, os pesquisadores brasileiros e franceses reconhecem que a laicidade não é exclusividade da sociedade francesa. As pesquisas acadêmicas brasileiras sobre o tema são ainda tímidas se comparadas com a produção francesa, mas têm sido impulsionadas por pesquisadores engajados na construção de uma sociedade autônoma dos preceitos cristãos e das bancadas religiosas.

Enquanto os estudos franceses procuram definir a laicidade a partir de seus princípios de liberdade de consciência, igualdade de tratamento das religiões, separação entre Estado e religiões, interesse comum e neutralidade, os autores brasileiros partem de uma concepção menos estruturada, correspondendo assim 1ª característica própria do fenômeno na sociedade brasileira, uma laicidade fluida, de colaboração, aberta e positiva, sendo a liberdade individual o elemento mais valorizado.

A forma como a população francesa percebe sua realidade religiosa é diferente do entendimento que o brasileiro faz da sua, e, conseqüentemente, a laicidade nesses dois países possui maior número de divergências do que de similaridades. A laicidade brasileira reconhece uma certa utilidade pública das religiões, um serviço público que assegura a socialização moral, nesse sentido as religiões hegemônicas no Brasil (lê-se religiões cristãs) possuem uma legitimidade política que não pode ser encontrada no território francês.

A laicidade na prática docente

Considerando-se que os professores sujeitos de pesquisa possuem competências morais que lhes permitem expressar e justificar suas ações (NACHI, 2012), a entrevista foi a técnica de pesquisa privilegiada. Somaram-se 34 professores entrevistados, 18 deles brasileiros e 16 franceses, que lecionavam em 11 escolas diferentes, sendo sete delas brasileiras. Os entrevistados mencionaram 92 situações envolvendo a questão religiosa, 50 situações brasileiras e 42 situações francesas. Contudo, a laicidade foi mobilizada enquanto um instrumento para a resolução de situações em apenas 18 delas.

Dos 16 sujeitos de pesquisa da França, 11 dos entrevistados eram mulheres. Nove dos professores possuem mais de 10 anos de experiência e outros cinco entrevistados ingressaram há menos de 5 anos na profissão. Quanto as disciplinas ministradas temos duas professoras de história, um de francês, três de inglês, dois professores de tecnologia, uma professora de música, uma professora de química e física e quatro funcionários (secretária de gestão, assistente social, assistente de criança com necessidades especiais e assistente de educação para os imigrantes).

Todos os sujeitos de pesquisa passaram por concurso nacional para o exercício de sua profissão, o que lhes garante uma estabilidade empregatícia. Esta posição social permite que seus discursos sejam atravessados por argumentos de que são funcionários da educação nacional para justificar suas práticas, sobretudo no que concerne seu posicionamento e a abertura que estabelece com os alunos a respeito da questão religiosa. Por exemplo, cinco dos entrevistados mencionaram o fato de serem funcionários públicos para não expor a sua religião aos alunos. Outra coisa que pode ser observada é a associação entre a nação francesa e o comprometimento com a laicidade. Três professores alegaram que as regras francesas devem ser reconhecidas e respeitadas e que, portanto, a laicidade deveria ser defendida.

Quanto a religião, três professoras se afirmaram católicas, dois muçulmanos, uma professora ortodoxa e seis sem religião [1]. A diversidade religiosa dos entrevistados vai de encontro aos pertencimentos religiosos da população francesa no geral. Segundo o Pew Research Center (2015), o número de cristãos na França (cerca de 63% da população em 2010) tende a diminuir, enquanto que o número de muçulmanos (por conta do fenômeno da imigração – 7.5% em 2010) e de pessoas que não têm religião tende a aumentar (28% em 2010).

A questão religiosa é mencionada por sete dos entrevistados antes que ela fosse mencionada pela entrevistadora. Os atentados de Paris de 2015 foram citados por nove professores quando questionados sobre situações que envolvessem a diversidade social e cultural dos alunos, bem como a religião. A ausência de conflitos religiosos foi mencionada de forma explícita por três entrevistados.

Dois professores que não possuem uma religião, a professora de música e um professor de educação física, afirmaram compartilhar sua não crença com os alunos. A primeira professora fala de sua não crença com o objetivo de mostrar aos alunos que é possível escutar a música religiosa católica, mesmo quando não se pertence a esta religião. O argumento do segundo é justificado como uma oportunidade para que os alunos tenham contato com aquilo que é diferente, com uma outra visão do mundo, uma vez que a maioria de seus alunos são muçulmanos.

A laicidade foi mencionada em oito situações. Embora todos os professores entrevistados demonstrassem familiaridade com o termo de laicidade, a sua definição não é homogênea. Alguns professores vem a laicidade como a proibição de tocar no assunto de religião na escola, enquanto outros percebem o conceito como garantia da liberdade religiosa. A laicidade também foi interpretada em sua forma legal quando o assistente social a utiliza para justificar a recepção das mães muçulmanas que utilizam o véu. Por fim, a laicidade é evocada como uma regulamentação limitadora, quando o professor de Educação Física não aceita que uma aluna lhe diga que não pode “nem acompanhar seus colegas até a piscina no período do Ramadã”, ou seja, a flexibilidade docente e a liberdade individual dos alunos possuem um limite.

Dentre os 18 docentes brasileiros entrevistados, temos dez professoras e oito professores. Sete dos 18 professores entrevistados lecionavam a disciplina de História e seis, a disciplina de Língua Portuguesa/Redação/Gramática. Dentre os sujeitos que não lecionavam essas duas disciplinas, temos uma diretora (formação em Educação Física) e um vice-diretor de escola (formação em História), uma coordenadora pedagógica (formação em geografia), uma professora mediadora (professora especializada em necessidades educacionais especiais) e um professor de ciências.

Quatorze são os professores que possuem mais de dez anos de experiência na área da educação. Quanto a questão religiosa, nove são os professores cristãos (uma evangélica e os outros católicos, sendo dois homens), cinco são professores religiosos que não seguem uma religião e quatro afirmam não possuir uma religião. A maioria cristã segue as estatísticas da população brasileira, junto com aqueles que se dizem religiosos ou espiritualistas sem frequentar uma instituição religiosa. Surpreende o fato de que quase um quarto da população analisada afirmem sua não crença. Não por acaso, eles são três professores e uma professora que se formaram em História em universidades renomadas de São Paulo.

Os docentes brasileiros falam sobre a sua própria crença religiosa em sala de aula com naturalidade quando questionados pelos alunos. Os docentes não apresentaram uma visão clara sobre seu posicionamento com relação a neutralidade docente, alguns afirmavam seguramente que precisavam agir de forma neutra, mas tinham a convicção de que suas opiniões e formas de pensar eram transmitidos aos alunos nas “entre linhas”.

Um terço dos entrevistados mencionaram a questão religiosa como um elemento da diversidade social e cultural em seu contexto social sem que ela fosse mencionada. É interessante contrapor que a mesma quantidade de entrevistados, ou seja, um terço afirmou explicitamente a ausência de conflitos religiosos nos espaços escolares.

A laicidade foi mobilizada enquanto recurso em 10 situações. A pressão de grupos externos evangélicos para a realização de cultos dentro da escola é refutada pelo argumento da laicidade por um docente. Um segundo docente que menciona a mesma situação, trata a questão como algo que “não incomoda ninguém”, ou seja, cada um tem o direito de usar o espaço público da escola como quiser, desde que seja dada a oportunidade para todos. Em outra situação, três professores mencionam uma situação em que um pai questiona a proposta de aprendizagem do jongo, alegando motivos religiosos. Para os três entrevistados, a laicidade é um dos argumentos mobilizados para a manutenção da atividade pedagógica.

Frente a situações em que alunos ou funcionários defendem a implementação de símbolos de origem religiosa no espaço escolar, dois docentes responderam evocando o princípio de laicidade. Um deles, ao falar da laicidade, se refere a uma suposta lei de que a escola seria laica. Esse tipo de discurso docente foi encontrado também em outras falas de professores nesta pesquisa e em pesquisa anterior (AUTOR, 2015), contudo, tal lei não existe e a crença de sua existência pode ser interpretado como um efeito da socialização profissional (DUBAR, 2005) dos docentes.

Uma professora comenta duas situações em que são os alunos que despertam a utilização do termo de laicidade na sala de aula. A laicidade foi mobilizada em outras cinco situações, quatro delas revelaram uma função de limitação do

princípio da laicidade, por exemplo, “a escola não é um espaço” para a realização de cultos ou para a exposição de símbolos religiosos. A mobilização do conceito de laicidade como garantia da diversidade religiosa e como direito individual aparece em mais uma situação.

De forma breve, a laicidade utilizada pelos professores franceses e brasileiros pode ser caracterizada de três formas: garantia do bom convívio coletivo, garantia da liberdade individual ou como instrumento limitador, ou seja, que limita a fronteira entre o público e o privado, entre a escola e a religião. O coletivo é priorizado na França, enquanto a liberdade individual é privilegiada no Brasil. A laicidade enquanto limitadora foi encontrada nos dois países, mas a limitação que a laicidade representa no Brasil não é similar à francesa. Enquanto a laicidade brasileira separa a religião da escola (símbolos, figuras institucionais ou cultos), a laicidade na escola francesa separa não apenas a religião, mas também o religioso. Assim, a religiosidade perene do brasileiro, a partir de sua sutilidade, recebe autorização para permanecer no espaço escolar como revelado em trabalhos anteriores (AUTOR, 2015).

Concluindo: configuração social e prática docente

Enquanto no Brasil não há casos que envolvam a religião mulçumana, na França as religiões de matrizes africanas estão ausentes. Esse dado não surpreende, devido à configuração social de cada uma dessas sociedades. O argumento da laicidade é 1% mais utilizado pelos professores brasileiros (20% - 10 situações) do que pelos professores franceses (19% - 8 situações), mesmo que quatro professores brasileiros não tenham sabido definir o conceito. Assim, não se compara a frequência da utilização do termo de laicidade, mas as diferentes concepções de laicidade presentes nos dois países.

O conceito de laicidade utilizado pelos docentes entrevistados reflete a forma como o termo é abordado em cada uma das configurações sociais. Assim, se no caso brasileiro, a liberdade individual e a postura de proximidade que o professor tem frente aos alunos são características valorizadas nas disposições híbridas de *habitus* (SETTON, 2015) deste profissional. No caso francês, o *habitus* profissional pressupõe um forte comprometimento com as normas estabelecidas pelo movimento histórico social, com ênfase para os valores cívicos (NACHI, 2012).

As normas que compõem a profissão docente, transmitidas e adaptadas no processo de socialização profissional, são reconhecidas como uma capacidade reflexiva e reativa que, em sendo disposições incorporadas do indivíduo professor, permitem ao profissional o acesso à saberes, conhecimentos e competências para executar de forma rápida às múltiplas micro-decisões que devem ser feitas em situação de trabalho.

A ausência da neutralidade do docente brasileiro é um aspecto da profissionalidade docente que se constrói a partir de aspectos históricos do profissional da educação e que está naturalizado na socialização profissional docente. Ademais, a pouca expressão da laicidade nas escolas é também explicada pelo fato de que os espaços públicos e privados no Brasil se misturam, de forma que os professores brasileiros fazem uso de normas que lhes convém sem, necessariamente, uma ligação com o regulamento interior da escola ou as leis do país, por exemplo. Outra hipótese seria o não debate sobre a laicidade e sobre a neutralidade docente nos cursos de formação e em momentos de formação em exercício.

Na França, a relação entre a identidade profissional docente e a educação nacional é mais evidente do que no Brasil, uma vez que o professor é funcionário público e se sente representante dos valores republicanos da nação. Já no caso brasileiro, a força institucional do Estado é frágil (MARTUCCELLI, 2010) e os docentes contam com seus próprios recursos para responder por suas necessidades. A prevalência de uma prática baseada em uma lógica doméstica (NACHI, 2012) da parte dos professores brasileiros pode estar ligada ao fato de que o Estado não tem grande força na imposição de normas. Dessa forma, os indivíduos possuem relações de proximidade mais fortes, de forma que, eles mesmos, consigam responder à suas próprias necessidades.

O sistema educativo brasileiro, pouco centralizado, faz com que se exija dos docentes e dos funcionários da educação uma postura de regulação da própria atividade. Assim, o engajamento pessoal do docente no cenário profissional debilita ainda mais a fronteira entre o público e o privado, permitindo assim que o privado seja um elemento mobilizado no que é público, como no caso da religiosidade dos professores.

Assim, a laicidade encontrada na prática docente no Brasil aparece como uma ausência total de intervenção permitindo a expressão da profunda e perene religiosidade característica da população brasileira que é resultado e resulta de uma combinação entre o crer e o saber e entre as esferas públicas e a privada. Na França, a laicidade na prática docente se configura enquanto um processo de neutralização dos espaços e dos funcionários públicos impulsionados por normas jurídicas, debates públicos e uma lógica cívica.

Referências bibliográficas:

AUTOR, 2015.

DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LANTHEAUME, F e SIMONIAN, S. La transformation de la professionnalité des enseignants : quel rôle du prescrit? *Les*

Sciences de l'éducation - Pour l'Ère nouvelle 2012/3 (Vol. 45), p. 17-38.

MARTUCCELLI, D. *Existen individuos en el Sul?* Santiago: LOM Ediciones, 2010.

NACHI, M. *Introduction à la sociologie pragmatique*. Armand Colin : Paris, 2012.

PEW RESEARCH CENTER. Religious Composition by country. Disponível em:
<http://www.pewforum.org/2015/04/02/religious-projection-table/2050/percent/all/> acesso jun. 2015.

PHILIP-GAY, M. *Droit de la laïcité*. Ellipses : Paris. 2016.

PIERUCCI, A. Fim da união Estado-Igreja ampliou oferta de religiões. *Folha de São Paulo. Especial* Efervescência religiosa. 1996.

SETTON, M. *Juventude na Amazônia: experiências e instituições formadoras*. São Paulo: CRV. 2015.

XXX e AUTOR, 2016.

[i] Não foi possível saber a religião dos outros três entrevistados.

[ii] Entendida aqui enquanto sistema de normas e valores em ação que evolui e se modifica no decorrer do tempo, conforme Lantheaume e Simonian (2012).